

Automedicação entre Estudantes da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora

Self-medication among undergraduates of the School of Medicine of the Juiz de Fora Federal University

José Antonio Chehuen Neto¹
Mauro Toledo Sirimarco²
Cleide Mira Kawata Choi³
Alessandro Ubaldo Barreto³
Jonathan Batista Souza³

RESUMO

palavras-chave

Automedicação

Comercialização de Medicamentos

Educação Médica

A automedicação é uma conduta cuja iniciativa parte fundamentalmente de um doente, ou de seu responsável, em consumir um produto com a finalidade de tratamento de doenças ou alívio de sintomas. Embora haja medicamentos que podem ser adquiridos sem prescrição médica, o doente não deve fazer uso indevido dos mesmos. Este estudo teve como objetivo conhecer a prevalência e os principais motivos da automedicação entre discentes da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora (FM/UFJF). Realizamos estudo descritivo, com aplicação de questionários a alunos da FM/UFJF que cursavam o 1º, 2º, 8º e 9º períodos, abrangendo 213 alunos. Cento e sessenta e dois dos 213 discentes entrevistados (76,05%) automedicam-se; cento e cinquenta de 213 (90,03%) não julgaram necessária uma consulta médica; dos acadêmicos dos 1º e 2º períodos 36/87 (41,13%) seguiram conselhos de parentes e/ou amigos, enquanto que 5/87 (5,74%) confiaram em conhecimentos próprios; nos 8º e 9º períodos, obtivemos 5/88 (5,68%) seguindo conselho de parentes e/ou amigos enquanto que a confiança em conhecimentos próprios foi constatada em 40/88 (45,45%). É alto o índice de acadêmicos de medicina que se automedicam. A maior confiança neste gesto ocorre entre os alunos mais adiantados do curso, por confiarem mais em seus conhecimentos. Entre os alunos iniciantes, a orientação para a prática da automedicação provém principalmente dos parentes e amigos.

ABSTRACT

Self-medication, an initiative that springs from the patient or their care, consists of the use of a product aimed at treating a disease or relieving symptoms. In spite of the existence of over-the-counter drugs, the patient should not use them inappropriately. This study aimed to investigate the main reasons underlying self-medication of undergraduates of the Medical School of the Juiz de Fora Federal University. A 10-item questionnaire was answered by 213 students from the 1st, 2nd, 8th, and 9th periods. Results: Self-medication was found in 76.05% (162/213); a hundred and fifty of 213 (90.03%) deemed a medical consultation unnecessary; from the 1st and 2nd periods 36/87 (41,13%) of the students were advised by relatives and/or friends, while 5/87 (5,74%) relied on their own judgment; the rates for those in the 8th and 9th periods were 5,68% (5/88) were advised by relatives and/or friends, while 45,45% (40/88) relied on their own judgment. Conclusion: self-medication is very frequent among medical undergraduates. A feeling of self-sufficiency being more frequent among those in the more advanced periods; for those in the first two periods, self-medication is chiefly based on advice from relatives and friends; those in the more advanced periods base their attitude on their own knowledge.

keywords

Self-medication

Drug Commerce

Education, Medical

1 Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: chehuen.neto@yahoo.com.br.

2 Universidade Federal de Juiz de Fora.

3 Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora.

INTRODUÇÃO

A automedicação é uma conduta cuja iniciativa parte fundamentalmente de um doente, ou de seu responsável, em consumir um produto com a finalidade de tratamento de doenças ou alívio de sintomas (ARRAIS *et al.*, 1997). A orientação médica é inapropriadamente substituída pelas prescrições de medicamentos por pessoas não autorizadas, como amigos, familiares ou balconistas da farmácia. Outra forma comum de auto-atenção à saúde é a automedicação orientada, em que receitas emitidas anteriormente são reutilizadas, apesar de não terem especificações de uso contínuo (VILARINO *et al.*, 1998).

Embora haja medicamentos que podem ser adquiridos sem prescrição médica, as pessoas não devem fazer uso indevido dos mesmos, como ingeri-los na dose e na hora que lhes for conveniente. Partindo do princípio de que nenhuma substância farmacologicamente ativa é inócua ao organismo, a automedicação pode vir a ser prejudicial à saúde individual e coletiva. Os analgésicos, por exemplo, normalmente subestimados pela população no tocante aos riscos inerentes à sua administração, podem gerar seleção de bactérias resistentes, reações de hipersensibilidade, dependência, sangramento digestivo, além de poder aumentar o risco para determinadas neoplasias e ainda mascarar a doença de base que, por sua vez, poderá progredir (VILARINO *et al.*, 1998).

Os riscos da automedicação contrapõem-se com uma eventual e relativa necessidade desta prática pela população, já que ela contribui diretamente para reduzir a demanda na busca do serviço de saúde, muitas vezes excessiva. Partindo dessa consideração, a Organização Mundial da Saúde – OMS define a automedicação responsável como “a prática dos indivíduos em tratar seus próprios sintomas e males menores com medicamentos aprovados e disponíveis sem a prescrição médica e que são seguros e efetivos quando usados segundo as instruções”. Além disso, a OMS recomenda que os medicamentos para a prática da automedicação responsável sejam acompanhados por uma informação adequada ao consumidor (INFORMAÇÃO..., 2003).

Cabe ressaltar, no entanto, que esse conceito é válido apenas para medicamentos isentos de prescrição, chamados também “medicamentos de venda livre” ou “medicamentos anódinos” e conhecidos internacionalmente como produtos “OTC” (Over-the-Counter = “sobre o balcão”) (INFORMAÇÃO..., 2003). Desta forma, observamos que, apesar de haver um risco intrínseco natural na ingestão de qualquer medicamento, é de reconhecimento público certa conivência oficial ao uso pela população de alguns fármacos reconhecidamente pouco tóxicos.

De acordo com Loyola Filho (2002), existem diversos fatores no âmbito econômico, político e cultural que vêm colaborando para a expansão da automedicação no mundo, tornando essa prática um problema de saúde pública. A propaganda comercial maciça de alguns remédios, a facilidade de aquisição sem a prescrição médica, a falta de orientação sobre os riscos inerentes, o acesso rápido às informações sobre o

fármaco na internet ou em outros meios de comunicação são alguns dos motivos que contribuem para o crescimento e difusão dessa conduta (ANON, 2001).

Existem estudos que concluem que os maiores adeptos da automedicação são aqueles que dispõem de um maior grau de informação. Demonstra-se que o acúmulo de conhecimento, seja ele adquirido nas instituições educacionais ou em experiências de vida, gera uma maior confiança naqueles que se automedicam (VILARINO *et al.*, 1998). No Brasil, estudos de base populacional sobre a prevalência e os fatores associados à automedicação são raros (LOYOLA FILHO, 2002).

Assim sendo, o objetivo deste trabalho é conhecer a prevalência e os principais motivos da automedicação entre os discentes da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora, abordando dois grupos com níveis de informação na área de saúde diferenciados.

MÉTODO

Realizamos um estudo descritivo, utilizando como instrumento de coleta de dados um questionário contendo 12 questões objetivas e discursivas, aplicado na Faculdade de Medicina (FM) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Nosso objeto de pesquisa foi composto de acadêmicos da FM/UFJF, que cursavam o 1º, 2º, 8º e 9º períodos, abrangendo 213 alunos de um universo de 320 acadêmicos, o que corresponde a 66,56%.

Excluimos os períodos intermediários do curso médico (3º, 4º, 5º, 6º, 7º) por ser uma população parcialmente informada sobre conceitos de saúde (não totalmente leigos). Também não incluímos alunos dos estágios finais do curso médico devido às dificuldades de localização, uma vez que os mesmos se encontram em atividades separadas geograficamente em diferentes estágios. Os participantes foram escolhidos aleatoriamente.

Consideramos os seguintes critérios de inclusão: ser aluno devidamente matriculado na FM/UFJF nos períodos acima determinados e ter preenchido o Termo de Consentimento. Para os critérios de exclusão, selecionamos: não estar devidamente matriculado na FM/UFJF nos períodos acima determinados e não ter preenchido o Termo de Consentimento.

Os questionários foram aplicados no mês de julho de 2005 e respondidos de modo individual e voluntário. Para a análise dos dados, utilizou-se o programa Microsoft Excel.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP-HU/UFJF no dia 19 de maio de 2005, com parecer nº 052/2005.

RESULTADOS

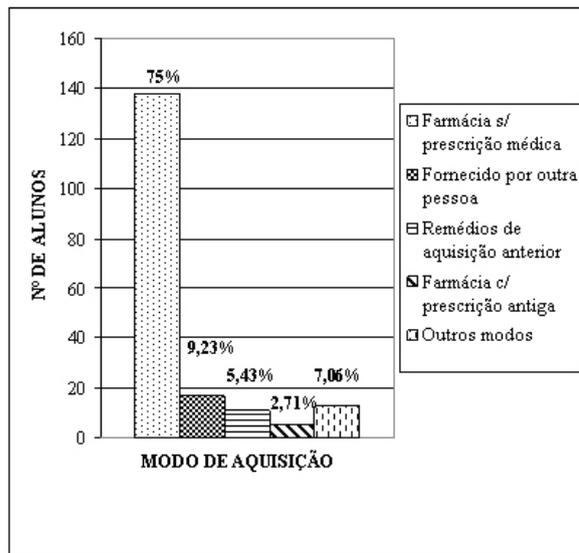
Neste estudo observamos que é alto o índice de automedicação entre estudantes de medicina, não havendo bases sólidas que justifiquem esta confiança nas fases mais adiantadas do curso.

TABELA 1
Distribuição da prática de automedicação entre discentes

Períodos	SIM		NÃO		TOTAL
	n	%	n	%	n
1º e 2º	83	74,77	28	25,22	111
8º e 9º	79	77,45	23	22,54	102
TOTAL	162	76,05	51	23,94	213

A compra de medicamentos em farmácias sem receita médica é prática comum entre estudantes de medicina, sendo observado em 138/184 (75%) casos (Figura 1).

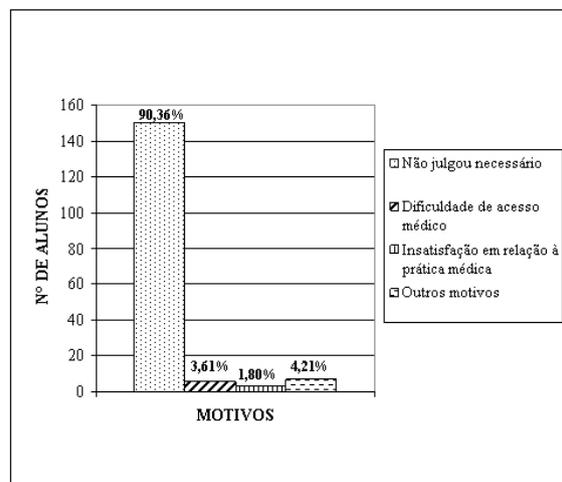
FIGURA 1



Distribuição do modo de aquisição do(s) medicamento (s).

A maioria dos estudantes de medicina, 150/166 (90,36%), não julgam necessário procurar orientação médica para comprar remédios (Figura 2).

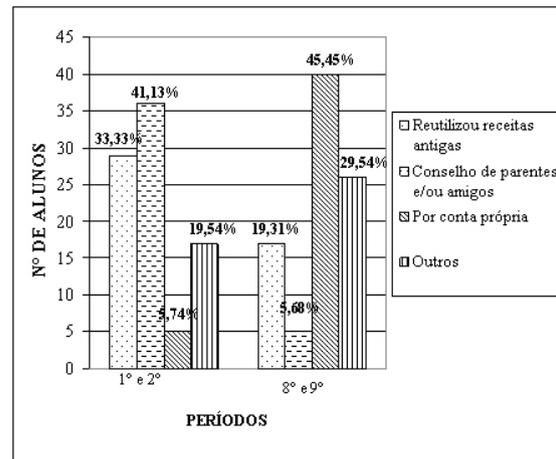
FIGURA 2



Motivos da não procura de orientação médica.

Estudantes de diferentes fases da graduação (1º/2º e 8º/9º) têm diferentes fontes de orientação para a prática da automedicação (Figura 3).

FIGURA 3



Identificação da orientação da automedicação.

Dentre os estudantes de medicina 185/195 (97,87%) relatam conhecer riscos da prática de aumedicar-se (Tabela 2).

TABELA 2
Conhecimento dos riscos da automedicação

Períodos	SIM		NÃO		TOTAL
	n	%	n	%	n
1º e 2º	86	92,47	7	7,52	93
8º e 9º	99	97,05	3	2,94	102
TOTAL	185	94,87	10	5,12	195

Relato de conhecimento das contra-indicações e dos efeitos colaterais dos medicamentos é mais freqüente entre alunos dos períodos mais adiantados (89,01%), enquanto que 58/86 (67,44%) dos estudantes dos períodos iniciais afirmam ter esses conhecimentos (Tabela 3).

TABELA 3
Conhecimento das contra-indicações e dos efeitos colaterais dos medicamentos

Períodos	SIM		NÃO		TOTAL
	n	%	n	%	n
1º e 2º	58	67,44	28	32,55	86
8º e 9º	81	89,01	10	10,98	91
TOTAL	139	78,53	38	21,46	177

TABELA 4

Hábito da leitura da bula dos medicamentos

Períodos	SIM		NÃO		TOTAL
	n	%	n	%	n
1° e 2°	79	84,94	14	15,05	93
8° e 9°	88	88	12	12	100
TOTAL	167	86,52	26	13,47	193

Apenas 9/190 (6%) dos estudantes de medicina que se automedicaram relataram eventos adversos (Tabela 5).

TABELA 5

Relato de eventos adversos após automedicação

Períodos	SIM		NÃO		TOTAL
	n	%	n	%	n
1° e 2°	3	3,33	87	96,66	90
8° e 9°	6	6	94	94	100
TOTAL	9	6	181	94	190

Ficaram satisfeitos com a automedicação 163/179 (91,06%) dos alunos (Tabela 6).

TABELA 6

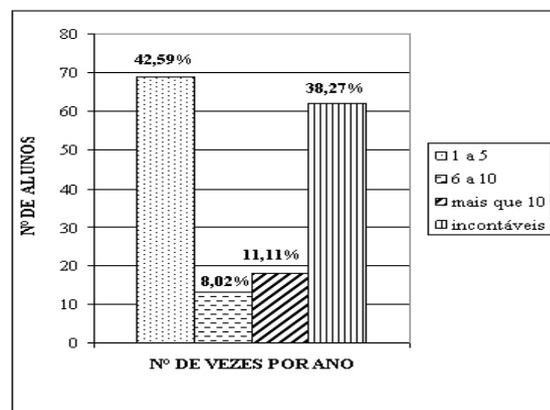
Resultados satisfatórios com o uso da automedicação

Períodos	SIM		NÃO		TOTAL
	n	%	n	%	n
1° e 2°	83	96,51	3	3,48	86
8° e 9°	80	86,02	13	13,97	93
TOTAL	163	91,06	16	8,93	179

A automedicação é frequentemente utilizada para sintomas básicos como dores de coluna, resfriados, inflamações, etc, autolimitados por si.

Relato da prática de automedicação incontável foi identificado em 62/162 (38,27%) alunos (Figura 4).

FIGURA 4



Frequência da automedicação no último ano.

DISCUSSÃO

A automedicação é uma decisão potencialmente nociva à saúde individual e coletiva. Até mesmo um remédio utilizado de forma correta em sua indicação, se administrado em altas doses, pode causar sérios danos ao usuário. Em contrapartida, a total obrigatoriedade da prescrição para a aquisição de algum fármaco pode eventualmente representar uma limitação da liberdade pessoal de busca imediata do alívio da sintomatologia, impedindo, por exemplo, que o indivíduo faça preponderar sua própria experiência e vontade (VILARINO *et al.*, 1998).

Os medicamentos de base química aqui representados pelos alopáticos têm papel de grande destaque na terapia contemporânea e sua utilização pode ir além do que se entende como uso terapêutico. São também consumidos com o objetivo de moldar o corpo ou o comportamento a padrões estéticos e de conduta impostos pela sociedade: incluem-se aqui os anorexígenos, antipsicóticos, anabolizantes, etc. Nascimento (2002), ao proceder a análise de 237 reportagens nas décadas de oitenta e noventa veiculadas nas décadas de oitenta e noventa, em jornais e revistas de larga circulação sobre alguns dos medicamentos da grande indústria farmacêutica mais vendidos no país, evidenciou uma tendência ao despregamento do consumo de medicamentos da cultura médica, sustentada na automedicação com responsabilização por seus riscos, como associação de informações de origem científica a símbolos de poder, beleza, juventude e de força.

Observando os dados da Tabela 1, verificamos que não há diferença significativa em relação à prática de automedicação entre os alunos que iniciaram o curso médico, 83/111 (74,77%), e aqueles que estão em fase mais avançada do curso, 79/102 (77,45%). Esse resultado parece não fortalecer estudos na população geral (LOYOLA FILHO, 2002), que já demonstraram uma associação direta entre automedicação, idade e escolaridade. Talvez a diferença entre os períodos estudados não seja suficiente para visualizar esse conceito.

O acúmulo de conhecimento geral, incluindo aqui experiência de vida, torna o indivíduo mais confiante e seguro para se automedicar (VILARINO *et al.*, 1998). Sustentando essa hipótese, um estudo sobre a automedicação tópica ocular em acadêmicos de medicina, demonstrou uma prevalência um pouco maior entre os alunos que já haviam cursado a disciplina de oftalmologia (ADAM NETTO, 2003). Estudos qualitativos se fazem necessários para melhores análises.

Em relação ao modo de aquisição do medicamento, a Figura 1 indica que 75% (138/184) dos entrevistados o obtêm em farmácias, sem a prescrição médica. Devemos ter em mente que o medicamento foi incorporado à dinâmica da sociedade de consumo e, portanto, sua comercialização

está sujeita às mesmas tensões, interesses e a dura competição de qualquer setor do mercado, afastando-se de sua finalidade precípua de prevenção, diagnóstico e tratamento das enfermidades (ARRAIS *et al.*, 1997). Assim, as farmácias competem entre si através de serviços que facilitam a vida do consumidor, oferecendo, por exemplo, entrega em domicílio, em que geralmente o vendedor ou o entregador não são profissionais da saúde e não exigem ou não são orientados a pedir a receita médica.

Quanto aos motivos da não procura por um médico frente à enfermidade, conforme demonstrado na Figura 2, um expressivo número de alunos assinalou não julgar necessário. Podemos supor que esta autoconfiança seja adquirida por informações obtidas em propagandas, internet, ou mesmo em sala de aula, além de poder exercer um importante papel as experiências anteriores com o mesmo medicamento. Esta hipótese é reforçada pelos dados da Figura 3 que demonstra que 26,28% (46/175) dos entrevistados se automedicaram através da reutilização de receitas médicas emitidas em outra ocasião. Assim, podemos supor que o médico é o verdadeiro introdutor do medicamento no âmbito familiar e, mesmo sem querer, é o principal gerador do processo de automedicação (VILARINO *et al.*, 1998).

Porém, se observarmos na Figura 3 o item que refere se os entrevistados seguiram conselhos de parentes e/ou amigos na prática de automedicação, notaremos uma grande diferença entre os alunos dos períodos iniciais (36/87 correspondendo a 41,37%) e os dos períodos mais avançados do curso (5/88 correspondendo a 5,68%). Este fato demonstra uma dicotomia na origem da informação para a automedicação: os leigos buscam freqüentemente nos outros indivíduos a orientação para essa prática, enquanto os mais informados buscam em si próprios. Não temos como considerar qual das duas práticas pode ser mais insegura.

No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) não conseguiu atingir um ponto eficaz para a comunidade em geral, gerando certa dificuldade de acesso ao médico, podendo-se esperar que as classes que dependem desse sistema estejam mais sujeitas a se automedicar. No entanto, estudos realizados mais recentemente não sustentam plenamente tal hipótese, demonstrando que as limitações impostas pela baixa renda familiar não são um fator preponderante na decisão de se automedicar (VILARINO *et al.*, 1998).

A partir dos dados da Tabela 2 constatamos que 94,87% (185/195) dos entrevistados acreditam conhecer os riscos da automedicação, não havendo diferença significativa entre os dois grupos estudados. Deve-se observar, no entanto, que essa percepção é bastante subjetiva, sendo que esse estudo não pode avaliar o real nível de conhecimento.

Afirmaram ter conhecimento sobre os efeitos colaterais e contra-indicações dos medicamentos que ingerem 67,44% (58/86) dos acadêmicos do 1º e 2º períodos e

89,01% (81/91) dos acadêmicos do 8º e 9º períodos, como demonstra a Tabela 3.

Melo (2007) afirmou em seu estudo que dos 22.165 casos de intoxicações medicamentosas registradas por seis Centros de Controle de Intoxicações, 2.263 (10,21%) eram por medicamentos anódinos (dipirona, salicilatos e paracetamol). Com esses dados, observamos que até os remédios de venda livre e que talvez sejam aqueles com os quais a população esteja mais familiarizada, não estão isentos de risco.

A Tabela 4 indica que 86,52% (167/193) dos entrevistados lêem a bula do medicamento que irão ingerir, a qual é um importante instrumento para informar o usuário, mas também pode gerar uma sensação superficial de domínio do saber médico. Mesmo com grande número de informações contidas nas bulas, este fato não impede as pessoas de se automedicarem. Já se encontra disponível na internet a bula dos medicamentos, o que difunde as informações do fármaco, bem como suas indicações, com repercussões ainda difíceis de avaliar.

Observando os dados da Tabela 5, verificamos que apenas 9/150 (6%) alunos já tiveram alguma complicação após a automedicação. Não temos dados disponíveis sobre quais foram esses efeitos, bem como não dispomos de informações na literatura, visto serem informações subjetivas, em que a efetiva comprovação é algo difícil.

A Tabela 6 nos mostra que 163/179 (91,06%) acadêmicos sempre obtiveram os efeitos esperados pelo medicamento. Valores semelhantes foram encontrados em outra pesquisa, que ainda constatou não haver diferença significativa entre as pessoas que utilizaram medicação orientada por médico ou não. Isso poderia ser justificado pelo fato de que 50% a 80% dos pacientes que buscam atenção primária de saúde apresentam remissão do quadro sem necessidade de medicamento (VILARINO *et al.*, 1998).

As razões pelas quais as pessoas se automedicam são inúmeras. A propaganda desenfreada e maciça de determinados medicamentos contrasta com as tímidas campanhas que tentam esclarecer os perigos da automedicação. Com o objetivo de proteger o consumidor, o controle da propaganda/promoção/publicidade de medicamentos é regulado no Brasil pela Resolução RDC nº 102 desde junho de 2001 (INFORMAÇÃO..., 2003).

Além dos diversos motivos para automedicação anteriormente mencionados, podemos ainda acrescentar a limitação do poder prescritivo, atualmente restrito aos médicos; o número excessivo de farmácias nos grandes centros; a angústia e sofrimento desencadeados pelos sintomas; a facilidade de acesso à informação na internet em sites de busca; a falta de fiscalização em relação à venda de remédios tarjados e a falta de programas educativos a respeito dos efeitos muitas vezes irreparáveis da automedicação.

Não se pode condenar o ato de se automedicar porque seria socioeconomicamente inviável o atendimento por um médico para a solução de todos os sintomas da população. Parece haver uma tendência mundial para maior aceitação da automedicação. É impossível frear essa prática; assim, é necessário que a sociedade se adapte, recebendo informação científica sobre os medicamentos de venda-livre, sem estímulo ao consumo desenfreado ou ao mito de cura milagrosa, ao mesmo tempo que seja incentivada a procura do profissional médico, relevando os pontos positivos que uma consulta médica pode ter em relação à automedicação (VILARINO et al., 1998).

CONCLUSÃO

Concluímos que é alto o índice entre os acadêmicos de medicina que fazem uso da automedicação, mesmo conhecendo os riscos desta prática, sendo maior a confiança neste gesto entre os alunos mais adiantados do curso. Além disso, entre os alunos iniciantes do curso médico, a orientação para a prática da automedicação provém principalmente dos parentes e amigos; nos períodos mais adiantados do curso, esta orientação parte dos próprios alunos.

REFERÊNCIAS

ADAM NETTO, A.; CUNHA, E. E. da. Automedicação tópica ocular em acadêmicos de Medicina. **Rev. bras. Oftalmol**, v.62, n.11, p.816-824, 2003

AUTOMEDICAÇÃO. **Rev. Assoc. Med. Bras.**, São Paulo, v. 47, n. 4, 2001 .

ARRAIS, P. S. D. *et al.* Perfil da automedicação no Brasil. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 31, n. 1, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101997000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 out. 2007

INFORMAÇÃO e Automedicação Responsável. Associação Brasileira da Indústria da Automedicação Responsável 2003. Disponível em: <http://www.abimip.org.br/area/position_publicidade.pdf> Acesso em 05 set 2007.

LOYOLA FILHO, A. I. de *et al.* Prevalência e fatores associados a automedicação: resultados do Projeto Bambuí. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 36, n. 1, 2002 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102002000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 out. 2007.

MELO, E. B. de; TEIXEIRA, J. J. V.; MANICA, G. C. More. Histórico das tentativas de liberação da venda de medicamentos em estabelecimentos leigos no Brasil a partir da implantação do Plano Real. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 5, 2007 .

NASCIMENTO, M. C. do. **A centralidade do medicamento na terapêutica contemporânea**. Rio de Janeiro, 2002. 139 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

VILARINO, J. F. et al. Perfil da automedicação em município do sul do Brasil. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 32, n. 1, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101998000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 out. 2007.

Enviado em 10/05/2006

Aprovado em 26/07/2006